

ESG (ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE): o que pensam as organizações sobre o papel da normalização nesse ecossistema?

JORGE EMANUEL REIS CAJAZEIRA

ANA BARREIROS DE CARVALHO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

RODRIGO LADEIRA

MARIA TERESA GRIMALDI LARocca

Introdução

Uma mudança de valores é refletida nas organizações para que se tornem mais responsivas aos seus stakeholders, ao mesmo tempo que respondam também aos impactos ambientais e sociais positivos ou negativos de suas operações, enquanto demonstrem boas práticas de governança. As organizações divulgam esses impactos e atividades por meio de estruturas que englobam o ambiental, social e de governança, também conhecidas como ESG ou environmental, social and corporate governance.

Problema de Pesquisa e Objetivo

O TMB órgão técnico máximo da ISO aprovou a criação de um grupo estratégico consultivo, visando orientar ações para a padronização de temas relativos ao ESG. Essa mudança de posição da principal normalizadora internacional faz com que emergja uma questão: o que esperam as organizações internacionais ligadas ao ESG desse avanço da ISO em um campo já suficientemente documentado? Este artigo tem como objetivos analisar o papel crescente da normalização no campo da sustentabilidade e entender a percepção das entidades internacionais quanto ao avanço da ISO em uma área com alto debate empresarial.

Fundamentação Teórica

Conforme Gillan et al (2021, p. 2), “ESG é um acrônimo desenvolvido em um relatório de 2004 por 20 instituições financeiras (...) e refere-se a como corporações e investidores integram preocupações ambientais, sociais e de governança em seus modelos de negócios”. A entidade ISO é uma federação internacional de organismos normalizadores (NSB s). delegados de 25 países iniciaram a criação de uma nova instituição internacional de normatização com o objetivo de “facilitar a coordenação internacional e unificação de normas industriais”. (SPIVAK; BRENNER, 2001, p. 17).

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória, que segundo Marconi e Lakatos (2003) é uma investigação empírica cujo objetivo é proporcionar maior familiaridade com o problema. A pesquisa envolveu: levantamento bibliográfico; análise documental do projeto ISO SAG ESG; análise da pesquisa Survey efetuada pela ISO entre os dias 20 junho e 05 de maio de 2022; análise dos dados com tabulação e codificação das respostas para estabelecer correlações entre o levantamento bibliográfico e os resultados da pesquisa.

Análise dos Resultados

Percebe-se um aumento significativo na quantidade de certificados decorrentes das novas normas de governança, com foco em sustentabilidade, em especial as normas de saúde e segurança (182%), anticorrupção (78%) e continuidade dos negócios (1514%). Há uma predominante visão positiva entre os stakeholders com relação ao envolvimento da ISO no ecossistema ESG. Por fim, existe 74% de concordância para o engajamento nas iniciativas ISO que podem completar o arsenal de normas que deem materialidade às declarações ESG, em especial, normas de análise de risco, impactos sociais e relações comunitárias.

Conclusão

Os resultados apresentados na pesquisa com os stakeholders da ISO são positivas em relação ao ingresso da normatização internacional na criação de ferramentas complementares e aos instrumentos mais confiáveis de avaliação da conformidade. Esse trabalho demonstrou que o desenvolvimento sustentável como pilar de sustentação das relações comerciais não deve ser substituído pelo ESG, ainda que o uso do arsenal de ferramentas para declarações de desempenho ambiental, se bem dosado, melhora a reputação das empresas e favorece o seu desempenho financeiro e mercadológico

Referências Bibliográficas

ANDRADE, R.; TACHIZAWA, T. e CARVALHO, A., 2000. Gestão ambiental: um enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Makron Books, 2000. BLIND, Knut; JUNGMITTAG, Andre; MANGELSDORF, Axel. The economic benefits of standardization. DIN German Institute for Standardization, 2011. COSTA, E.; FERREZIN, N. ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a comunicação: o tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas. Revista Alterjor, v. 24, n. 2, p. 79-95, 2021.

Palavras Chave

ESG, papel da normalização, ecossistema ESG

ESG (ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE): o que pensam as organizações sobre o papel da normalização nesse ecossistema?

INTRODUÇÃO

Literalmente, vivemos em um ambiente padronizado. Carros movem-se nas ruas sinalizadas, arquivos de computadores só podem ser compartilhados por meio de normas que padronizam o formato de *softwares* e *hardwares*, os parafusos produzidos em qualquer parte se encaixam em roscas devido às normas de ajustes e tolerâncias, há normas para brinquedos, formatos de papel, numeração de cartões de crédito, padrões de comunicação por celulares, enfim, para quase tudo que ocorre na vida contemporânea e que se refere a produtos, serviços e processos produtivos. Por outro lado, após décadas de demandas para que as empresas adotassem formas mais sustentáveis de operar, verifica-se, recentemente, um notável crescimento de ações nesse sentido. Dirigentes empresariais e investidores vêm intensificando, cada vez mais, adesão às propostas e compromissos, que têm por objetivo tornar sustentável a maneira como bens e serviços são produzidos e usufruídos para atendimento aos desejos e necessidades da sociedade.

Com efeito, segundo Belinky (2021) houve uma mudança no setor privado, um movimento que foge do foco exclusivo dos acionistas para um modelo corporativo mais holístico que considera uma variedade de *stakeholders*. Essa mudança de valores é refletida nas organizações para que se tornem mais responsivas aos seus *stakeholders*, ao mesmo tempo que respondam também aos impactos ambientais e sociais positivos ou negativos de suas operações, enquanto demonstrem boas práticas de governança. As organizações divulgam esses impactos e atividades por meio de estruturas que englobam o ambiental, o social e a governança, também conhecidas como *Environmental, Social and Corporate Governance* (ESG).

Dadas essas considerações, é fato notório que o processo de globalização aumentou a necessidade de normas internacionais para harmonizar as trocas comerciais favorecendo o intercâmbio de componentes, note-se, por exemplo, a ascensão da norma ISO 9001 e a sua capacidade de padronizar a gestão para a qualidade de processos e produtos. Por simetria, é razoável supor que o processo de normalização internacional, também, envolva um embate socioeconômico, devido às questões emergentes de diálogos com partes interessadas e suas demandas por informações integradas ao ESG.

Em junho de 2021, o *Technical Management Board* (TMB), órgão técnico máximo da ISO, por meio da resolução 59/21, aprovou a criação de um grupo estratégico consultivo *Strategic Advisory Group* (SAG) visando orientar as ações da *International Organization for Standardization* ou ISO para a padronização de temas relativos ao ESG. Essa mudança de posição da principal normatizadora internacional faz com que emergja uma importante questão: o que esperam as organizações internacionais ligadas ao ESG desse avanço da ISO em um campo já suficientemente povoado e documentado pelo *Global Reporting Initiatives* (GRI), *International Sustainability Standards Board* (ISSB), *Value Reporting Foundation* (VRF) e *The Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD)?

Essa é a pergunta mobilizadora deste artigo que tem como objetivos analisar o papel crescente da normalização no campo da sustentabilidade e entender a percepção das entidades internacionais quanto ao avanço da ISO em uma área com alto debate empresarial.

O presente artigo é composto de cinco seções, sendo elas: Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Apresentação e Discussão dos Resultados e Considerações Finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SURGIMENTO DO TERMO ESG

As teorias sobre o desenvolvimento ganharam grande importância política e social após a Segunda Guerra Mundial. As negociações que culminaram com a criação de organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) que viabilizou a criação do Banco Mundial com vistas à reconstrução dos países devastados pelo conflito, revelam que o cenário havia se tornado propício a uma espécie de compromisso global em nome da estabilidade econômica pró-crescimento.

Com efeito, surge o conceito de desenvolvimento, que segundo Rostow (1960) é vinculado ao crescimento econômico e a industrialização, significando, portanto, modernização. Nesse sentido, como analisaram Niederle e Radomsky (2006) sua perspectiva vai ao encontro de outros autores clássicos que, como Nurse (1957) e Myrdal (1965), construíram, no mesmo período, teorias sobre o subdesenvolvimento nitidamente marcadas pelas lentes políticas dos países capitalistas centrais.

Ainda segundo Niederle e Radomsky (2006), a partir do fim da década de 1980, a noção de desenvolvimento sustentável começa a circular como uma possibilidade de revisar e ajustar desgastadas concepções de desenvolvimento. Tendo surgido com o propósito inicial de estreitar a relação entre o crescimento econômico e as temáticas ambiental e social, a noção de desenvolvimento sustentável é atualmente mobilizada sobretudo por setores governamentais, empresariais e acadêmicos para distintas prioridades e objetivos.

Entretanto, o movimento pelo desenvolvimento sustentável é mais antigo e tem suas origens nos movimentos ambientalistas que começaram a se formar em meados do século XIX (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2016). Na luta por áreas protegidas, relatam Barbieri e Cajazeira (2016), o debate que ocorreu no final do século XIX e início do XX entre dois expoentes dessas iniciativas, Muir (1873) e Pinchot (1903), teve uma enorme importância para o aprofundamento da questão ambiental, debate que continua atualmente entre duas escolas de pensamento ambientalista, *preservacionistas* e *conservacionistas*. Muir (1873) e seus seguidores usavam a palavra *preservar*, surgindo daí a postura *preservacionista*. Pinchot (1903), engenheiro florestal, e seus seguidores defendiam a exploração dessas áreas mediante critérios que permitissem a sua utilização permanente e usavam a palavra *conservar*, surgindo daí a postura *conservacionista*. Assim, os últimos três séculos foram marcados pelas revoluções industriais e tecnológicas que culminaram com o surgimento de novas técnicas produtivas. Toda essa mudança fez a capacidade de produção aumentar de maneira acelerada.

O movimento do desenvolvimento sustentável baseia-se na percepção de que a capacidade de carga da Terra não poderá ser ultrapassada sem que ocorram grandes catástrofes sociais e ambientais. Mais ainda, já há sinais evidentes de que em muitos casos os limites aceitáveis já foram ultrapassados, como atestam diversos problemas ambientais gravíssimos, a exemplo do aquecimento global, da destruição da camada de ozônio estratosférico, da poluição dos rios e oceanos, da extinção acelerada de espécimes vivos, bem como dos graves problemas sociais, como a pobreza que afeta milhões de humanos, os assentamentos urbanos desprovidos de infraestruturas mínimas para uma vida digna, a violência urbana, o tráfico de drogas e as epidemias globalizadas (tal qual a Aids e, mais recentemente, a Covid-19 e a Varíola dos Macacos). Diante desse paradigma e das discussões por ele geradas, surgiu em 1987 o termo “desenvolvimento sustentável”, sendo apresentado oficialmente na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU presidida pela ex-primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, e definido como “[...] a capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades”. (CMMAD, 1988, p. 9).

Nos últimos tempos, o termo ESG vem ganhando grande visibilidade, graças a uma preocupação crescente do mercado financeiro sobre a sustentabilidade. As questões ambientais, sociais e de governança passaram a ser consideradas essenciais nas análises de riscos e nas decisões de investimentos, colocando forte pressão sobre o setor empresarial.

Conforme Gillan et al (2021, p. 2), “ESG é um acrônimo desenvolvido em um relatório de 2004 por 20 instituições financeiras (...) e refere-se a como corporações e investidores integram preocupações ambientais, sociais e de governança em seus modelos de negócios”. Nesse sentido, a sigla ESG resume a proposta de que um negócio deve ser avaliado não só pelos critérios usuais do mercado, como rentabilidade, segurança, competitividade, resiliência, mas também pelos seus atributos ambientais, sociais e de governança corporativa. A justificativa, em termos simples, é de que as pressões decorrentes os problemas globalmente enfrentados nesses campos estão levando a transformações profundas no ambiente de negócios. Empresas com fraco desempenho relativo à observância dos aspectos relacionados a ESG tenderão a perder espaço, enquanto as que se destacarem positivamente serão cada vez mais valorizadas. Com base nessa tese — apresentada pela primeira vez em 2005, como relembra Aron (2022), no relatório *Who Cares Wins*, do Banco Mundial em parceria com o Pacto Global da ONU —, cada vez mais investidores, gestores de ativos e dirigentes empresariais têm buscado critérios ESG para direcionar seus recursos, projetos e esforços.

Dada a sua simplicidade, afastando-se de conceitos mais densos como Sustentabilidade e Responsabilidade Social, o sucesso do discurso ESG e o interesse crescente no tema tiveram algumas implicações bastante negativas gerando uma controvérsia sobre o uso do termo como “lavagem social”, por exemplo, a multiplicação da oferta de produtos financeiros “com ESG”, a busca das empresas pelo reconhecimento de sua “excelência ESG” e a indagação dos investidores sobre como avaliar a “qualidade do ESG” das empresas dos produtos financeiros. Ademais, o termo ESG passa a ser considerado como um avanço em direção ao mundo dos negócios, enquanto conceitos mais profundos e academicamente debatidos tornam-se desgastados.

Ocorre que o ESG não é um substituto para a responsabilidade social, tampouco, um caminho tão amplo quanto a AGENDA 2030 (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável). Trata-se de um recorte na agenda da Sustentabilidade com foco na geração de valor para os acionistas e investidores. Melhor dizendo, sua visão é eminentemente financeira gerada sem prejuízos ambientais ou sociais. O Quadro 1 ilustra os limites do termo ESG conforme a ISO (2022).

Quadro 1 – Descrição do ESG a partir da ISO

ESG são as três prioridades de todos os negócios e organizações que trabalham em favor da Agenda 2030, orientando suas ações e resultados/impactos.		
Meio Ambiente	Social	Governança
Como uma organização atua em prol do planeta.	Como uma organização trata seus empregados, clientes, fornecedores e comunidade de entorno.	Como uma organização opera incluindo auditorias de conformidade e direitos dos stakeholders.
Poluição	Saúde e Segurança	Anticorrupção e propina
Mudanças climáticas e gases do efeito estufa	Condições de trabalho	Conselho independente e diversidade
Depredação de recursos	Desenvolvimento comunitário	Atuação política
Resíduos	Direitos humanos	Gestão de risco
Uso da terra	Relações sindicais	Remuneração executivos
ESG inclui temas que tenham potencial impactos estratégicos materiais e financeira.		

Fonte: ISO (2022b)

A ideia central do ESG é que os investidores avaliem as organizações baseados não apenas em seu desempenho comercial, mas também em seus registros ambiental e social e na sua governança, normalmente usando critérios numéricos. Várias forças empurraram o ESG para o centro das organizações. É fato que mais pessoas querem investir alinhando suas preocupações com o aquecimento global e a injustiça. Empresas, especialmente as de capital aberto e com ações na bolsa, buscam o reconhecimento dos investidores, bem como, a obtenção de créditos mais baratos. Com os governos ainda perdidos no pós-pandemia, muitas pessoas acham que os negócios devem resolver os problemas da sociedade e atender a todas as partes interessadas, incluindo fornecedores e trabalhadores, não apenas acionistas. Além disso, há o interesse próprio da indústria de gestão de investimentos, que sempre foi vista com desconfiança, em vender produtos de sustentabilidade aliviando um longo período de rentabilidade negativa.

Segundo o *The Economist* (2022) há no ESG alguns problemas fundamentais. Primeiro, porque une uma série de indicadores, mas não fornece um guia coerente de caminhos a serem seguidos. Elon Musk, da Tesla, é um pesadelo de governança corporativa, mas ao produzir carros elétricos ele está ajudando a combater as mudanças climáticas. Fechar uma usina de carvão é bom para o clima, mas terrível para seus fornecedores e trabalhadores. Ademais, é realmente impossível construir muitos parques eólicos rapidamente sem prejudicar a ecologia local. “Ao sugerir que esses conflitos não existem ou podem ser facilmente resolvidos via ESG promove-se uma ilusão quase infantil”. (THE ECONOMIST, 2022, p. 1).

A rapidez que a onda ESG se espalhou nos negócios, bem como, a falta de substância nos procedimentos prescritos para atuar em prol da Sustentabilidade levou a ISO a uma decisão estratégica no sentido de entrar como um *player* no ecossistema ESG como analisaremos no tópico a seguir.

2.2 EVOLUÇÃO DOS MODELOS NORMATIVOS

A entidade ISO é uma federação internacional de organismos normalizadores (NSB¹s). A palavra *iso* não é uma abreviatura ou acrônimo para o nome oficial, é uma palavra derivada do grego *isos* e significa igual, o prefixo pode ser encontrado em diversas palavras, como isométrica (dimensões iguais), isotérmico (temperaturas iguais) e isonomia – princípio geral do direito segundo o qual todos são iguais perante a lei (ISO, 2021).

De maneira genérica, normalização é um acordo para realizar uma tarefa. De forma mais elaborada, ela denota uma uniformização na maneira de medir, acondicionar, acomodar posição entre partes, de modo a influenciar uma comunidade, uma região, um país e o mundo. Modernamente, a normalização surge com foco na engenharia. De fato, após o cessar-fogo de 1945, já no ano seguinte, delegados de 25 países iniciaram a criação de uma nova instituição internacional de normatização com o objetivo de “facilitar a coordenação internacional e unificação de normas industriais”. (SPIVAK; BRENNER, 2001, p. 17).

Entretanto, a normalização curiosamente não tem suas origens na engenharia, mas nos padrões éticos, ou seja, as primeiras normas surgiram com preocupações morais. É na Bíblia que encontramos uma importante referência à normalização como uma proteção ao comportamento não ético no comércio, conforme os trechos: “não cometereis injustiça no juízo, nem na vara, nem no peso, nem na medida”. (LEVÍTICO 19:35) e “balança enganosa é abominação para o SENHOR, mas o peso justo é o seu prazer”. (PROVÉRBIOS 11:1). Ainda assim, as normas de engenharia permeiam os comitês da ISO e, ainda hoje, dos 337 comitês da ISO, mais de 2/3 são dedicados a questões técnicas.

Porém, o salto das normas técnicas com foco na engenharia para as normas de cunho gerencial, com escopo mais alinhado aos princípios da boa governança, só ocorreu com o princípio da primeira onda da globalização da economia, a partir de 1973, quando se tornou imperativa a uniformização dos sistemas da qualidade. Em 1979 foi criado o Comitê Técnico

176 – Sistemas da Qualidade (TC 176) para tratar de gestão da qualidade, harmonizando-se as experiências britânicas (BS 5750) e canadense (Z-299). Assim, surgiu a ISO 9001, que foi a primeira norma internacional de um modelo hoje dominante no cenário empresarial, chamada em inglês de *management system standard* (MSS), que é de especial interesse no nosso estudo e possui diferenças significativas das demais normas técnicas (produtos, processos, especificações, ensaios etc.), como ilustra o Quadro 2.

Quadro 2 – Diferenças entre normas de produto e gerenciais

Normas de produto	Normas para sistemas da gestão (MSS)
Objetivos principais: <ul style="list-style-type: none"> • pesos e medidas • segurança e saúde • especificações de qualidade Estrutura estática Foco regulatório	Objetivos principais: <ul style="list-style-type: none"> • garantia de conformidade • estabelecer infraestrutura e parâmetros • permitir declarações de conformidade Estrutura dinâmica Foco voluntário

Fonte: elaborado pelos autores com base em WTO (2005).

Existem, basicamente, dois tipos de normas MSS. No primeiro tipo são encontradas apenas recomendações (diretrizes) ou informações de suporte (as MSSs tipo B), enquanto as normas “certificáveis” são denominadas MSS tipo A. Geralmente, uma MSS tipo B (por exemplo, ISO 50004) fornece orientação sobre a aplicação de uma MSS tipo A (por exemplo da ISO 50001). Para alegar conformidade com uma norma tipo A, uma organização precisa de evidências de que está atendendo aos requisitos. Essa coleta de provas é geralmente feita por meio de uma auditoria. Existem três tipos de auditorias: de primeira, de segunda e de terceira parte. Auditorias de primeira parte são auditorias internas; auditorias de segunda e de terceira parte são auditorias externas. Uma auditoria de terceiros pode resultar em certificação ou não. Quanto à certificação, ela só pode ocorrer em um documento que contenha evidências que comprovem os requisitos, portanto, uma MSS tipo B não pode ser certificada. Os benefícios de um sistema de gestão eficaz para uma organização, citados por Silva *et al.* (2020) incluem: uso mais eficiente dos recursos e melhor desempenho financeiro; melhor gestão de riscos e proteção das pessoas e do meio ambiente; maior capacidade de fornecer serviços e produtos consistentes e aprimorados, aumentando, assim, o valor para os clientes e todos os outros stakeholders.

Quadro 3 – Normas modelo MSS

Norma/Família das Normas	Secretaria	Escopo
Família ISO 9000 – Sistemas de Qualidade	Canadá	Mais conhecida família de normas MSS que estabelece diretrizes para a gestão da qualidade
ISO 50001 – Gerenciamento da Energia	Estados Unidos	Padrão ISO para ajudar as organizações a gerenciar seu desempenho energético
ISO 20121 – Eventos Sustentáveis	Inglaterra	Gerencia os impactos sociais, econômicos e ambientais de eventos
Família ISO 14000 – Gestão Ambiental	Canadá	Estabelece diretrizes para a gestão do meio ambiente
ISO 37001 – Sistemas Anticorrupção.	Inglaterra	Previne, detecta e resolve o suborno
ISO 22000 – Segurança Alimentar	Dinamarca	Assegura confiança em produtos alimentícios
ISO 26000	Brasil/Suécia	Aspectos gerais da responsabilidade social
ISO 38200	Brasil	Cadeia de custódia para declaração de sustentabilidade de produtos de madeira
Família ISO 45000 – Saúde Ocupacional e Segurança	Inglaterra	Reduz os riscos do local de trabalho.

Fonte: ISO Standard Catalogue (2022b).

Uma MSS é resultado de consenso entre especialistas internacionais com *expertise* em gestão global, estratégias de liderança, processos e práticas eficientes e eficazes. O Quadro 3

ilustra alguns das mais conhecidas MSS com base nos dados disponíveis da ISO. Ademais, as normas MSS podem ser implementadas por qualquer organização, grande ou pequena. Silva *et al.* (2011) afirmaram que a ISO 9001 (2015) pode impulsionar o crescimento do pilar econômico, a ISO 14001 (2015) o pilar de integridade ambiental, e o OHSAS 18001 (2007) para a prestação de contas social, que mais recentemente foi adotada pela ISO, gerando a ISO 45001 (2015) que contempla questões de saúde e segurança no trabalho. Contudo, existem várias normas e diretrizes para implementar sistemas gerenciais.

Bem recente, 16 de junho de 2021, a ISO resolve por meio de uma decisão do seu conselho técnico máximo e responsável pela criação das comissões de estudo, o *Technical Management Board* (TMB), ou conselho técnico gestor, em uma tradução livre, pela criação de um grupo estratégico de estudos *Strategic Advisory Group* (SAG) ou Grupo de aconselhamento estratégico, conforme a decisão número 59/2021, adotada a partir da 81ª reunião do TMB, 16 de junho de 2021, traduzida livremente no Quadro 4, que determina detalhes e recomendações sobre a mesma.

Quadro 4 – Resolução 59/2021 do TMB

ISO TMB RESOLUTION 59 – 16 JUNHO 2021

Decide criar um Grupo Consultivo Estratégico ISO (SAG) sobre meio ambiente, social, ecossistema de governança (ESG) com mandato de 12 meses da seguinte forma:

a) Mandato

- Articular a proposta de valor que a ISO traz para o ecossistema ESG.
- Identificar alinhamento, lacunas e oportunidades para ISO, utilizando o mapeamento das correntes estruturas de divulgação do ESG, padrões e indicadores para as normas ISO.
- Desenvolver recomendações e orientações sobre como fortalecer a ligação entre as normas ISO e as estruturas de divulgação do ESG.
- Mapear partes interessadas no ecossistema ESG.
- Desenvolver uma estratégia de engajamento das partes interessadas para fornecer um mecanismo de forma eficaz colaborar com as partes interessadas no ecossistema ESG.
- Desenvolver recomendações sobre como os modelos certificáveis da ISO que possam ajudar a resolver alguns dos desafios identificados e atender às necessidades dos usuários no ecossistema ESG

b) Saídas esperadas

- Desenvolvimento de uma estratégia e relatório final e recomendações sobre a estratégia da ISO com relação ao ESG para aprovação do TMB.
- Esclarecer e propor os próximos passos para ISO.

c) Liderança

- A liderança será composta por Copresidentes e Cossecretários a partir dos seguintes membros: SCC (Canadá), BSI (Inglaterra) e ABNT (Brasil).

Fonte: Technical Management Board Resolution 59/2021 – TMB (2021).

Assim, com a liderança partilhada pelo Brasil, Canadá e Inglaterra, a ISO busca se inserir como um ator importante nas discussões sobre ESG, mantendo a normalização em consonância com os debates mais atuais sobre desenvolvimento sustentável.

2.3 ECOSSISTEMA ESG

Modernamente, o ESG está cada vez mais presente na realidade empresarial, seja em escala internacional ou nacional, transformando sua aplicabilidade em exigência de mercado (ISSA; MAZON, 2022). Segundo Athias Neto (2022), o interesse pelo ESG nunca foi tão alto, e nunca houve mais confusão sobre o que o ESG e a sustentabilidade realmente significam e o que eles vão entregar. Houve, ainda segundo esse autor, uma proliferação de métricas e produtos ESG para classificar o desempenho de uma empresa e estratégias de investimento relacionadas ao ESG. Os signatários do *Principles for Responsible Investment* (PRI), série de princípios para o investimento responsável, criados com o apoio da ONU, chegaram a 4000 este ano. Espera-se que os ativos globais de ESG excedam US\$ 53 trilhões e representem mais de um terço do total de ativos sob gestão até 2025. Essa intensa mobilização requer uma

enorme quantidade de organizações interessadas formando um ecossistema bastante integrado como retrata o quadro 5.

Quadro 5 – Ecossistema ESG.

Classificação	Organizações Principais	Ação
Coalisão de investidores	<i>Climate Action 100+</i>	Largos grupos de investidores encorajando as organizações a reportarem suas iniciativas em ESG.
	<i>Investor Group on Climate Change.</i>	
	<i>Principles for Responsible Investment.</i>	
Coalisões internacionais	<i>Global Compact</i>	Associações internacionais com pauta socioambiental e poder de influência sobre as corporações no sentido de reportarem seus desempenhos no ESG.
	<i>World Business Council for Sustainable Development</i>	
Desenvolvedores de estruturas para reporte (<i>frameworks</i>)	<i>Task Force on Climate Related Financial Disclosure (TCFD)</i>	Trabalham preparando frameworks para permitir declarações e relatórios ESG.
	<i>Climate Disclosure Standards Board (CDSB)</i>	
Normalizadores	<i>Global Reporting Initiatives (GRI)</i>	Trabalham na criação de frameworks e guias de implantação ESG (sem buscar certificações).
	<i>Sustainability Accounting Standards Board (SASB)</i>	
Validadores	<i>The Big Four</i>	As quatro maiores empresas de auditorias contábeis que trabalham na validação dos relatórios ESG.
	<i>KPMG</i>	
	<i>PWC</i>	
	<i>EY</i> <i>Delloit</i>	
Criadores de índices de Sustentabilidade	<i>Dow Jones (DJSI)</i>	Fornecem índices para classificar desempenho das organizações que publicam relatórios com <i>frameworks</i> ESG.
	<i>Bolsa de Valores de São Paulo (ISE)</i>	
Governos e Regulamentadores	<i>European Commission</i>	Buscam a regulamentação dos relatórios de ESG.
	<i>USA SEC (Securities and Exchange Commission)</i>	

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

O ponto mais nevrálgico desse complexo ecossistema consiste nos *frameworks*. São documentos que estipulam os indicadores que as organizações devem reportar para a sociedade e para as empresas de “rating”, ou seja, as organizações que transformam os indicadores em um índice capaz de orientar investimentos com juros mais acessíveis, influenciar a bolsa de valores e permitir a sociedade uma avaliação comparativa dos desempenhos em ESG. Os principais atores na criação de *frameworks* são:

- *Global Reporting Initiative (GRI)* - fornece às empresas indicadores de práticas ambientais sociais e de governança a serem comunicadas por meio de um Relatório de Sustentabilidade;
- *Sustainability Accounting Standards Board (SASB)* - define fatores de sustentabilidade a serem aplicados conforme cada setor, considerando os respectivos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade;
- *International Integrated Reporting Council (IIRC)* - conselho responsável por divulgar o *International Framework (IR)* que adota uma abordagem baseada em princípios, fornecendo orientações que as empresas devem seguir ao preparar relatórios para os usuários finais abrangendo o conteúdo ESG para ativos tangíveis e intangíveis;
- *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD)* - em 2020, os relatórios baseados no TCFD tornaram-se obrigatórios para todos os proprietários e gestores de ativos que aderiram aos Princípios para Investimento Responsável (PRI) das Nações Unidas. O PRI é a maior rede de investidores do mundo em investimentos sustentáveis.

O uso de *frameworks* para informar investidores e outras partes interessadas sobre como as organizações estão lidando com os riscos e oportunidades de valor empresarial representados pelo meio ambiente, social e governança e quais os impactos que as organizações estão tendo no ambiente natural e a sociedade continua a crescer e evoluir rapidamente. Com efeito, é a necessidade de ter padrões que permitam, por exemplo, relatórios transparentes e confiáveis e dados comparáveis. O Quadro 6 ilustra a visão de que, do ponto de vista da análise estratégica, é útil categorizar os principais tipos de relatórios em dois modelos genéricos – os focados no desenvolvimento sustentável e os tipos ESG que se concentram principalmente nos riscos colocados pelos riscos do ESG para o valor empresarial (financeiro).

Quadro 6 – Modelos de Frameworks.

“ESG” Frameworks		
Tipo	Desenvolvimento Sustentável	‘ESG’
Organização	GRI, SASB	TCFD, IIRC, SEC (USA)
Foco	Estruturas projetadas para um público <i>multi stakeholder</i> e com o propósito de responsabilização e avanço para o desenvolvimento sustentável	Estruturas projetadas para um público investidor e com o objetivo de gerenciar questões ambientais, sociais e de governança como riscos para retornos financeiros (ou "valor empresarial").
Verificação	A garantia (Verificação/Auditoria) tende a se tornar uma prática generalizada. Atualmente as auditorias estão sendo incentivadas pela GRI e proposto para se tornar obrigatório com o apoio dos atores EC e USA SEC a partir de aproximadamente 2024.	
Tipo de indicador	Atuam, principalmente, com indicadores incrementais ou de intensidade em uso (por exemplo, redução do consumo de água), mas há a intenção de ir além desse tipo de indicadores porque eles não comunicam se um resultado é realmente sustentável (por exemplo, se a redução do consumo de água dentro da alocação justa da capacidade de transporte da bacia hidrográfica). Indicadores baseados em materialidade contextual estão sendo desenvolvidos (por exemplo, Iniciativa de Metas Baseadas em Ciência para Gases de Efeito Estufa). Sem esses indicadores, a sustentabilidade de um resultado não pode ser determinada.	O foco é exclusivamente em indicadores incrementais.

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

3 METODOLOGIA

O objetivo deste artigo é responder à questão: o que esperam as organizações internacionais ligadas ao ESG desse avanço da ISO em um campo já suficientemente povoado e documentado?

Trata-se de uma pesquisa exploratória, que, segundo Marconi e Lakatos (2003), é uma investigação empírica cujo objetivo é proporcionar maior familiaridade com o problema. Sendo assim, a pesquisa envolveu: (a) levantamento bibliográfico; (b) análise documental do projeto ISO SAG ESG, disponíveis no ISO Livelink; (c) análise da pesquisa *Survey of External Organizations* efetuada pela ISO entre os dias 20 junho e 05 de maio de 2022; (d) análise dos dados com tabulação e codificação das respostas para estabelecer correlações entre o levantamento bibliográfico e os resultados da pesquisa. Utilizou-se a escala de Likert visando entender o nível de concordância acerca das questões apresentadas.

Como subsídio técnico houve acesso ao banco de dados da ISO, disponível no Livelink e nos portais <https://www.iso.org/>, bem como o <https://sd.iso.org/documents/>, em que estão as informações para especialistas internacionais inscritos pelos órgãos nacionais de normalização, no caso do Brasil, a ABNT.

Os resultados da pesquisa apoiam-se no método de abordagem indutiva, que parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados. “De acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmadores dessa realidade”. (GIL, 2008, p. 10).

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para nortear os seus trabalhos sobre ESG a ISO SAG fez um mapeamento de 527 normas internacionais incluídas no seu banco de dados e utilizadas no exercício de levantamento. Isso inclui 166 Normas que estão em desenvolvimento e ainda não foram publicadas. (SOCIAL VALUE, 2022).

A tabela abaixo mostra o foco específico dos diferentes Padrões. Notavelmente, existem 51 Normas que se enquadram na categoria ISO de "Management System Standards" (MSS). A Tabela 1 categoriza o foco principal das Normas ISO com base nas classes E (Meio Ambiente), S (Social) e G (Governança).

Tabela 1 – Normas ISO com foco em ESG.

ESG	Auditoria e Certificação	Gestão	MSS	Medição	Outro	Relatórios	Grande Total
E	2	65	20	29	97	1	212
S	0	58	22	8	47	4	143
G	4	35	9	22	102	2	172
Grande Total	6	158	51	59	246	7	527

Fonte: SOCIAL VALUE (2022)

Uma análise desse conjunto de normas realizados pela empresa de consultoria *Social Value International* (SVI), em 2022, demonstrou algumas lacunas importantes na coletânea de normas da ISO *vis-à-vis* os temas principais relacionados ao ESG, em especial no âmbito das normas sociais com a ausência de normas para direitos humanos, relações com *stakeholders* e a mensuração de impactos sociais- (ISO, 2022). Além disso, a SVI identificou um problema no ecossistema ESG pois, como listado no item 2.4 deste artigo há uma grande profusão de modelos para relatar os indicadores ESG (ver Quadros 6 e 7), cada um atendendo a propósitos diferentes e com escopos ligeiramente diferentes, com alguma sobreposição. Além disso, as empresas têm a liberdade de escolher qual quadro usar e quais indicadores informar, o que torna extremamente difícil a comparação entre as empresas. Essa falta de harmonização leva às dificuldades nas declarações do ESG com as empresas sendo obrigadas a reportar mais de 500 indicadores. Ademais, há uma clara confusão no mercado que tem dificuldades de entender a diferença entre ESG e Sustentabilidade. Ainda segundo a SVI, tais dificuldades são de certo modo provocadas com o intuito de mitigar a extensão da Sustentabilidade, mais profunda e abrangente que a versão ESG.

Com base nessas premissas o ISO, ESG, SAG, após o seu ciclo de pesquisas entre julho 2021 e julho 2022, estabelecem duas conclusões extremamente contundentes (ISO, SAG, REPORT TO TMB v.9, 2022):

The SAG states two overarching pointsⁱⁱ:

1. *ISO needs to marshal its resources to urgently establish credibility in the reporting space*
2. *In parallel, ISO also needs to engineer a leadership role for the later phases of ESG, some of which are already emerging.*

Indiscutivelmente, a ISO é um ambiente único na construção de consenso internacional com significativo número de organizações que certificam seus sistemas gerenciais pelos padrões normativos disponíveis. A tabela 2 ilustra o crescimento do número de certificados com base em normas internacionais (MSS) mundialmente. Percebe-se um aumento significativo na quantidade de certificados decorrentes das novas normas de governança, com foco em sustentabilidade, em especial as normas de saúde e segurança (182%), anticorrupção (78%) e continuidade dos negócios (1514%).

Tabela 2 – Certificações internacionais com base em MSS

Norma	Foco	2017	2018	2019	2020	Crescimento
ISO 9001	Qualidade	735,487	878,664	880,007	916,842	25%
ISO 14001	Meio Ambiente	275,776	307,059	312,111	348,473	26%
ISO 27001	Segurança da Informação	12,590	31,910	36,347	190,481	1413%
ISO 22000	Segurança Alimentar	0	32,120	33,500	44,499	39%
ISO 45001	Saúde e Segurança	0	11,952	38,518	33,741	182%
ISO 13485	Dispositivos Médicos	0	19,472	23,045	25,656	32%
ISO 50001	Energia	10,376	18,059	18,209	19,731	90%
ISO 22301	Continuidade dos Negócios	486	5,327	1,691	7,846	1514%
ISO 20000-1	Gestão de Serviços	1,560	1,506	6,044	2,205	41%
ISO 28000	Cadeias Logísticas	328	617	1,874	2,065	530%
ISO 37001	Anticorrupção	0	547	869	972	78%
ISO 39001	Segurança Viária	189	389	864	520	175%
Total		1,036,792	1,307,622	1,353,079	1,593,031	54%

Fonte: ISO (2022b).

Como já alertado, o avanço da sociedade na busca de um mundo mais sustentável pode ser notado nos documentos nucleares representativos desse pensamento ressaltados por Malheiros, Phlippi Jr. e Coutinho (2008). Por isso, o crescente avanço do interesse internacional no tema ESG também pode ser observado na ISO. Uma análise da criação de novos comitês técnicos (TCs), em alinhamento aos elementos centrais do ESG pode ser verificada no Quadro 07. Ademais, o crescimento do número de comitês técnicos em temas dinâmicos e atuais – como diversidade de gêneros, economia circular e biodiversidade – são norteadores de um alinhamento da ISO ao amplo campo do desenvolvimento sustentável, o que atesta as claras intenções de tornar o comércio internacional regido por padrões normativos adaptados aos dilemas da sociedade na era da globalização.

Quadro 07 – Novos comitêsⁱⁱⁱ da ISO em linha com o conceito de ESG (continua)

TC Título	Escopo	Impacto no ESG ^{iv}		
		E	S	G
PC ^v 337 – Igualdade de Gênero. País líder: França	Normalização no campo da igualdade de gênero com o objetivo de desenvolver uma orientação técnica sobre como promover e implementar a igualdade de gênero em todos os tipos de organizações		x	x
TC 331 – Biodiversidade País líder: França	Normalização no campo da Biodiversidade para desenvolver princípios, estruturas, requisitos, orientações e ferramentas de apoio em uma abordagem holística e global para todas as organizações, para aumentar sua contribuição para o Desenvolvimento Sustentável	x		
TC 323 – Economia Circular País líder: França	Normalização na área da Economia Circular para desenvolver enquadramentos, orientações, ferramentas de apoio e requisitos para a implementação das atividades de todas as organizações envolvidas, de forma a maximizar a contribuição para o Desenvolvimento Sustentável	x	x	
TC Título	Escopo	Impacto no ESG ^{vi}		
		E	S	G

TC 322 – Finanças Sustentáveis País líder: Inglaterra	Normalização na área de finanças sustentáveis para integrar considerações de sustentabilidade, incluindo práticas ambientais, sociais e de governança no financiamento de atividades econômicas	x	x	x
TC 309 – Governança País líder: Inglaterra	Normalização no campo da governança em relação aos aspectos de direção, controle e responsabilidade das organizações			x
TC 287 – Processos Sustentáveis para produtos de base Florestal. País Líder: Brasil	Normalização no campo da madeira e das indústrias à base de madeira, incluindo aspectos de sustentabilidade, cadeia de custódia, rastreamento e medição de madeira, em toda a cadeia de valor, desde a produção de biomassa até a madeira acabada e produtos à base de madeira, incluindo a fase de uso e fim de vida.	x		x

Fonte: ISO (2017).

Mas, para avançar em um ambiente extremamente povoado como o ecossistema ESG uma pesquisa entre os principais *stakeholders* da ISO foi realizada e gerenciada pela Associação de Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que é uma das lideranças estabelecidas no ISO, SAG, ESG. Todas as organizações respondentes estão listadas no quadro 08. Note-se que cerca de 20% das organizações respondentes estão diretamente envolvidas com o ESG e na criação de *frameworks*, 20% são normalizadores, 20% são organizações não governamentais e 6% de instituições financeiras, o que dá um painel bem balanceado para a pesquisa.

Quadro 08 – Entidades que responderam a pesquisa ESG da ISO.

1. Accredia / IAF	17. IOE - International Organisation of Employers
2. AFAQ - Association for Academic Quality	18. IQNet
3. Australian Catholic University & Insync Management Consultancy	19. IQNET Association
4. CDP – Disclosure Insight Action	20. Japan Accreditation Board
5. Cross River Rail Delivery Authority	21. OIE
6. ETUC, European Trade Union Confederation	22. OIV - International Organisation of Vine and Wine
7. European Welding Federation (EWF)	23. Social Value International
8. Govern for Impact (formerly IPGA)	24. SPTF - Social Performance Task Force
9. ICMA - The International Capital Market Association	25. The Chartered Quality Institute (CQI)
10. INLAC - Instituto Latinoamericano de La Calidad	26. The World Bank Group
11. Institution of Occupational Safety and Health	27. United Nations Industrial Development Organiz. (UNIDO)
12. Instituto Latinoamericano de la Calidad-INLAC	28. United Nations University
13. International Aluminium Institute	29. World Bank Group/IFC
14. International Automotive Task Force	30. World Steel Association
15. International Institute of Synthetic Rubber Producers	31. WWF

Fonte: ISO Survey – ESG Survey Full Results (ISO, 2022a)

Os dados da pesquisa ISO/ESG estão condensados no quadro 09. Há uma predominante visão positiva entre os *stakeholders* com relação ao envolvimento da ISO no ecossistema ESG. Em especial, os seguintes aspectos são de grande importância para uma análise:

- apoio às normas produzidas pela ISO como norteadoras e integradoras do ESG nas organizações com um total de concordância de 81% na pergunta (1);
- cerca de 2/3 das organizações pesquisadas usa ou promove as normas ISO. Ênfase dada nas normas clássicas MSS, tais como, a ISO 9001, 14001, e, também, indicações para as normas mais atuais ISO 50001 e ISO 37000 conforme ilustra a pergunta (2);
- existe um reconhecimento que os três tipos de normas produzidas pela ISO são relevantes para o ecossistema ESG. Destaque-se as normas de avaliação da conformidade, conhecidas como normas CASCO^{vii}.

Quadro 09 – Tabulação dos dados da pesquisa ISO com Stakeholders relativos ao ESG.

Pergunta	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
----------	---------------------	----------	-------------	----------	---------------------

(1) As normas ISO desempenham um papel importante na integração do ESG nas Organizações?	0	3	16	29	52
(2) A sua organização atualmente usa ou promove as normas ISO como apoio à integração do ESG?	SIM	NÃO	Normas mais utilizadas		
	68	32	a) ISO 9001 - Quality management systems — Requirements b) ISO 14001 - Environmental management systems c) ISO 14030 - Green Bonds d) ISO 26000 – Guidance on Social Responsibility e) ISO 37000 - Guidance on the Governance of Organizations f) ISO 45001 - Occupational safety and health g) ISO 50001 – Energy Management		
(3) Quais dos seguintes tipos de norma são mais importantes para integrar o ESG nas organizações?	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
(a) Normas Guia (orientativas)	52	42		6	
(b) Normas de Requisitos e MSS	42	45	7	3	3
(c) Normas de avaliação da conformidade	45	33	16	3	3
(4) Há valor na ISO em desenvolver um apanhado de normas e ferramentas para apoiar o ESG nas organizações.	84	13	3		
(5) A sua organização se engajaria caso a ISO produzisse mais normas relativas ao ESG?	Sim	Não	Normas mais importantes a serem criadas		
	74	26	a) Ênfase na Gestão de Riscos b) Ênfase em estabelecer estratégias ambientais c) Avaliação de impactos sociais d) Relações Comunitárias		

Fonte: ISO (2022a)

Por fim, existe 74% de concordância para o engajamento nas iniciativas ISO que podem completar o arsenal de normas que deem materialidade às declarações ESG, em especial, normas de análise de risco, impactos sociais e relações comunitárias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recente proliferação de instrumentos voltados à orientação e avaliação de negócios pela perspectiva da sustentabilidade, frequentemente qualificados pela sigla ESG, tem gerado insegurança no mercado, especialmente pela falta de padrões que lhe permita saber a consistência desses instrumentos.

Frente à percebida ausência de ferramentas ou serviços voltados a suprir essa necessidade, constata-se que há uma demanda não atendida, uma lacuna a ser preenchida nesse campo e a ISO é um ator que mobiliza seus recursos e estratégias para ocupar esse espaço. Os resultados apresentados na pesquisa com os *stakeholders* da ISO são positivas em relação ao ingresso da normatização internacional na criação de ferramentas complementares e aos instrumentos mais confiáveis de avaliação da conformidade.

Ademais, esse trabalho demonstrou que o desenvolvimento sustentável como pilar de sustentação das relações comerciais não deve ser substituído pelo ESG, ainda que o uso do

arsenal de ferramentas para declarações de desempenho ambiental, se bem dosado, melhora a reputação das empresas e favorece o seu desempenho financeiro e mercadológico.

Enfim, a ISO tem um espaço importante a se inserir de modo a tornar as ferramentas do ESG mais consistentes com os conceitos de sustentabilidade e de responsabilidade social.

Este trabalho procurou mostrar que o processo de aproximação da ISO com o ecossistema ESG ainda é inicial. Estudos posteriores à adoção das conclusões do ISO, TMB ou SAG são importantes para verificar a eficácia das sugestões e a real aceitação do ambiente ESG.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rui O. B.; TACHIZAWA, Takeshy e CARVALHO, Ana B. C., 2000.

Gestão ambiental: um enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Makron Books, 2000.

ATIAS NETO, Marcos. Why ESG is failing. **Sustainable Finance HUB.** United Nations Development Program. 2022. Disponível em: <https://sdgfinance.undp.org/news/why-esg-failing-sustainable-development>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BELINKY, ARON. Seu ESG é Sustentável? **GVEXECUTIVO** • V 20 • N 4 • OUT/DEZ 2021.

BLIND, Knut; JUNGMITTAG, Andre; MANGELSDORF, Axel. The economic benefits of standardization. **DIN German Institute for Standardization**, 2011.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, JORGE E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática.** 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2016.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COSTA, Edwaldo; FERREZIN, Nataly Bueno. ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a comunicação: o tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas. **Revista Alterjor**, v. 24, n. 2, p. 79-95, 2021.

EHLERMANN, Claus-Dieter; EHRING, Lothar. Decision-making in the World Trade Organization: is the consensus practice of the World Trade Organization adequate for making, revising and implementing rules on international trade? **Journal of International Economic Law**, v. 8, n. 1, p. 51-75, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILLAN, Stuart; KOCH, Andrew; STARKS, Laura. Firms and social responsibility: A review of ESG and CSR research in corporate finance. **Journal of Corporate Finance**, V. 66, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0929119921000092>. Acesso em: 8 ago. 2022.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - ISO. **Economic Benefits of Standards.** Geneve: ISO Printing, 2017.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - ISO. **ISO ESG**

STRATEGIC ADVISORY GROUP REPORT. Geneve: ISO Printing, 2022.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - ISO. **ISO Survey – ESG Survey Full Results.** Geneve, 2022a. Disponível em <https://isotc.iso.org/livelink/livelink?func=ll&objId=18808772&objAction=browse&viewType=1>. Acesso em: 2 jul. 2022.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - ISO. **Standard Catalogue TC.** Geneve, 7 dez. 2022b. Disponível em: <https://www.iso.org/standards-catalogue/browse-by-tc.html>. Acesso em: 7 dez. 2021. Acesso em: 2 jan. 2022.

ISSA, Rafael Hamze; MAZON, Cassiano. Adoção e Implementação das Práticas ESG (Environmental, Social and Governance) pelas Empresas Estatais. **Cadernos**, [S.l.], v. 1, n. 8, p. 35-52, jan. 2022. ISSN 2595-2412. Disponível em: <<https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/178>>. Acesso em: 07 ago. 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MALHEIROS, F. T.; JÚNIOR, P. A. e COUTINHO, S. M. V. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. **Saúde e sociedade**, 17, mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/3LH377kMN38MwKxP9JpPBnn/?lang=pt>. Acesso em: 9 dez. 2021.

MUIR, John. “Explorations in the Great Tuolumne Canon,” *Overland Monthly*, Vol 11, No 2 (August 1873).

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro: Saga, 1965.

NIEDERLE, Paulo; RADOMSKY, Guilherme. **Introdução às teorias do desenvolvimento.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 118 p.

NURKSE, Ragnar. **Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

PINCHOT, Gifford. **A Primer of Forestry.** Washington: U.S. Department of Agriculture, 1903.

ROSTOW, Walt Whitman. **The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto.** Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SILVA, Cláudia; MAGANO, José; MOSKALENKO, Anna; NOGUEIRA, Teresa; DINIS Maria A.P., and PEDROSA E SOUSA, Hélder F. Sustainable Management Systems Standards (SMSS): Structures, Roles, and Practices in Corporate Sustainability. **Sustainability** 12, n. 15: 5892. 2020.

SLAUS, Ivo; JACOBS, Garry. **Human Capital and Sustainability, Sustainability 2011**, 97-15. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/49599352_Human_Capital_and_Sustainability. Acesso em: 9 dez. 2021.

SAI - SOCIAL VALUE INTERNATIONAL. Supporting ISO's new Strategic Advisory Group, by mapping ISO standards to ESG frameworks. **A Technical Report**. Prepared by Social Value International, jan. 2022.

TIANA, Silvia Albareda and RODÀ, Enric Vidal. The Civilising Footprint. Exposing and appreciating the interdependencies of glocal sustainability. *In*: CHZHEN, Y.; GROMADA, A e REES, G., **Are the world's richest countries Family friendly?** United Nations Children's Fund (Unicef), 2019. Disponível em: https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/Family-Friendly-Policies-Research_UNICEF_%202019.pdf. Acesso em: 9 dez. 2021.

THE ECONOMIST. ESG Three letters that won't save the planet. Sustainable Investment. **The Economist**. Jul. 2022. Disponível em: <https://exame.com/bussola/esg-na-economist-a-voz-do-mercado-e-a-preguica-com-problemas-dificeis>. Acesso em: 22 jul. 2022.

TMB - TECHNICAL MANAGEMENT BOARD. **Meeting Notes**. ISO TECHNICAL MANAGEMENT BOARD RESOLUTION 59/2021 Adopted at the 81st meeting of the Technical Management Board, Virtual Meeting, 16 -17 and 23 - June 2021. Genebra. TMB Notes, 2021.

UNSDSN – UNITED NATIONS SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK. **Index and Preliminary Panel on Sustainable Development Goals (SDGs)**. 2016. Disponível em: <http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2016/02/160308-%C3%8Dndice-e-Painel-Preliminar-dos-SDG-pt.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2021.

WTO – WORLD TRADE ORGANIZATION. **Trading into Future**. Genebra, WTO Press, 1995.

ⁱ National Standardization Boards (NSB). O organismo nacional de normalização (NSB) geralmente se refere a uma organização de padronização que é membro da ISO daquele país, no caso do Brasil é a ABNT

ⁱⁱ Tradução nossa: “O SAG estabelece dois pontos gerais: (a) a ISO precisa reunir seus recursos para estabelecer urgentemente credibilidade no espaço de relatórios; (b) paralelamente, a ISO também precisa se projetar em um papel de liderança para as fases posteriores do ESG).

ⁱⁱⁱ Criados a partir de 2018.

^{iv} Refere-se ao meio ambiente, social e governança (tradução nossa).

^v O termo PC é aplicado quando o comitê técnico vai produzir uma única norma. O termo TC é aplicado quando o comitê técnico pode produzir uma família de normas.

^{vi} Refere-se ao meio ambiente, social e governança (tradução nossa).

^{vii} *Committee on Conformity Assessment (CASCO)*